



VINICIUS MOTA

Desmame para a USP

SÃO PAULO - Os professores da USP têm razão no mérito do debate que irrompeu após a divulgação dos salários da instituição, fruto de ação judicial vencida pela **Folha**. Não deveria haver limite horizontal para os vencimentos de docentes e pesquisadores na vanguarda da academia.

O problema é que não dá para brincar de ser estatal apenas com o que há de vantajoso no modelo — a estabilidade, as isonomias salariais e a aposentadoria integral. É necessário também roer ossos, como subjugar-se ao teto salarial da Constituição e à regra que manda divulgar os vencimentos individuais.

A USP pode, e deveria, aventurar-se pelo que há de mais moderno e eficiente na gestão universitária. Suas unidades correriam o risco de granjear liberdade acadêmica e financeira sem precedentes. Teriam autonomia para disputar os melhores quadros internacionais, oferecendo-lhes pacotes personalizados, seja de remuneração, seja de condições de trabalho.

O reitor também seria escolhido num concurso internacional, atraído por oferta financeira competitiva e perspectivas ambiciosas de atuação. Além de aumentar o prestígio da universidade, ele zelaria pela arrecadação de recursos na sociedade e pela administração racional e de longo prazo dos fundos, fincada no mérito.

Mas, para tanto, a USP precisa estar disposta a abandonar gradualmente o confortável, ainda que apenas por um lado, guarda-chuva estatal. Modelos jurídicos como o das organizações sociais, vitoriosos na saúde e na cultura, poderiam ser adaptados à universidade.

O desmame incluiria a diminuição paulatina — à metade em dez anos, por exemplo — do financiamento estatal. Deveria ser elevada a modesta alíquota de 4% do imposto estadual sobre heranças e doações; quem doasse às universidades ficaria isento. Seria instituída a cobrança de mensalidades de quem pode pagar.

vinimota@uol.com.br